

Fundos Solidários



Tecendo redes, entrelaçando vidas

1ª Edição - Bahia - 2016

Expediente

Revista: Fundos Solidários - tecendo redes, entrelaçando vidas / 1ª Edição - Bahia - 2016

Realização:

Fundação Grupo Esquel Brasil
SCS Qd. 01 – Bl. “I” – Ed. Central
– 13º andar – Sl. 1.301, 1302 e 1.307;
CEP 70304-900 – Brasília /
DF; Tel: (61) 3322-2062
Fax: (61) 3322-1063.
www.esquel.org.br
www.vencerjuntos.org.br

Diretor-Presidente: Silvio Rocha Sant’Ana

Superintendente:

Sílvia Alcântara Picchioni

Convênios:

Ministério do Trabalho/Secretaria Nacional de Economia Solidária – SENAES n°. 748343/2010 e n° 791562/2013

Projeto de Apoio às Finanças Solidárias com Base na Organização de Fundos Solidários/Região Nordeste

Responsável Técnica/

Coordenação Geral do Projeto Vencer Juntos: Barbara Schmidt Rahmer

Coordenação do Projeto Fundos Solidários do Nordeste: Cristina Rocha Gusmão

Jornalista Resp.: Danilo Castro

Colaboração nos textos e

produção da Revista: Cristina Rocha Gusmão

Direção de Arte: Moema Braga

Revisão Textual: Lília Costa

Produção Gráfica: Luiz Bernardo

Fotografia: Márcio Donizeti Otávio

Ilustrações: Audifax Rios

Arte Final: Marcelino Júnior

Edição: Lamparina Comunicação Gráfica Ltda.

Índice

- 03** Apresentação
- 04** Carta dos Fundos Solidários da Bahia
- 07** Fundos Solidários na Bahia - uma história de parcerias
- 12** Escola Luiza Mahin - Uma comunidade por cima do mar
- 13** O protagonismo de mulheres negras
- 14** Uma Escola Solidária
- 15** Quem foi Luiza Mahin
- 15** Umoja: A cultura de estar junto
- 17** Clube de Troca
- 17** Desafios
- 18** Turismo que se faz junto
- 19** Associação Regional dos Grupos Solidários de Geração de Renda (ARESOL) - uma rede de grupos solidários
- 20** Um Comércio Solidário
- 22** Um Trabalho em Rede
- 24** Juventude no Entreposto
- 24** Educação e Solidariedade que brotam da terra
- 27** Fundo Rotativo Solidário na escola
- 28** Superintendência de Economia Solidária - política pública solidária: uma construção coletiva
- 30** E o que mais vem por aí?



APRESENTAÇÃO

“Um homem pode esquecer em dois anos o que levou vinte para aprender.”

Rabi Nathan Textos Judaicos

Não basta viver a experiência. É preciso contá-la aos convivas para que se cumpra o destino de encantar outras aldeias com as boas novas. Nossa revista (ou as edições), Fundos Rotativos Solidários, Tecendo redes entrelaçando vidas, chega às suas mãos para compartilhar a riqueza de um tipo de experiência coletiva bem sucedida que, se não é totalmente original porque é também resgate de práticas ancestrais, é inovadora por realizar cooperativamente caminhos para o desenvolvimento sustentável.

Nos últimos 40 anos, os Fundos Solidários (FS) - também chamados de Fundos Rotativos Solidários (FRS)-, proporcionaram experiências que merecem entrar para a história dos esforços humanos pela erradicação das desigualdades sociais, pois testemunham a viabilidade de soluções comunitárias pen-

sadas, decididas e executadas democraticamente, e com o apoio de parcerias institucionais comprometidas com a inclusão produtiva de trabalhadores(as) rurais e urbanos(as) que continuam sem as devidas oportunidades de levar uma vida digna a partir do próprio trabalho.

Quem viveu experiências associativas sabe o quanto é difícil fazer junto, sobretudo, fazer para atingir os resultados almejados. Mas sabe, também, da alegria que é colher junto os frutos e desejar continuar junto, aperfeiçoando um projeto comum. Cumprir o combinado é um dos segredos das experiências exitosas de economia solidária aqui relatadas. Observar criticamente os processos, também compõe o ritual desse fazer junto. Mesmo os que não viveram ainda alguma experiência associativa, poderão perceber nos resultados aqui divulgados a diferença que faz a solidariedade.

Assim, decidimos avançar por um caminho que nos permitisse, ao mesmo tempo, registrar e

avaliar essa trajetória, divulgando nesta publicação os dados mensuráveis dessas experiências, tanto para seus próprios atores quanto para novos partícipes. Entre os objetivos do Projeto Mapeamentos dos Fundos Solidários - inscrito num projeto maior de apoio às finanças solidárias com base na organização de fundos solidários - destacamos dois: o fortalecimento desse tipo de organização e o subsídio para a definição de políticas públicas que fortaleçam essas iniciativas.

O Mapeamento aqui apresentado foi executado pela Fundação Grupo Esquel Brasil em parceria com as principais redes de entidades que trabalham com Fundos Solidários na Região Nordeste, entre elas: Cáritas Regionais/Diocesanas; Fóruns de Economia Solidária; Fóruns de Segurança Alimentar; ASA - Articulação do Semiárido Brasileiro.

Vivemos, podemos contar.

Trabalhamos agora para aperfeiçoar e multiplicar essa vivência.



CARTA DOS FUNDOS ROTATIVOS SOLIDÁRIOS DA BAHIA

Nos dias 13 e 14 de setembro de 2012 na cidade de Salvador, quarenta e seis pessoas participantes de 40 grupos e entidades que praticam e fomentam a metodologia de Fundos Rotativos Solidários, reunidas no II Seminário Estadual de Fundos Rotativos Solidários, resolveram relatar sua identidade, seus objetivos e anseios a respeito dessas práticas no Estado da Bahia.

Somos comunidades organizadas, homens e mulheres, nos campos e nas cidades, somos sujeitos coletivos que estamos, a partir de nossas experiências, construindo condições para a melhoria da nossa qualidade de vida.

Os Fundos Rotativos Solidários que construímos com o esforço do nosso trabalho são instrumentos concretos para a construção do desenvolvimento a partir das nossas realidades. Através dos fundos rotativos, temos condições de melhorar a produção, reforçar nossos saberes e nossa cultura, aperfeiçoar nossos conhecimentos e nossas

tecnologias, estimular mais atividades comunitárias, fortalecer nossa identidade, promover a participação da mulher e dos jovens, proteger o meio ambiente e gerar mais sustentabilidade. Os Fundos Rotativos Solidários ampliam nossas capacidades organizativas, promovem mais autonomia e democratizam a gestão dos recursos. Não nos pautamos por critérios meramente financeiros; a confiança e a vivência comunitária são valores fundamentais.

Estamos em toda a Bahia, do semiárido ao litoral, gestando um novo jeito de construir o bem viver e contribuindo para a construção da economia solidária e de um outro modelo de desenvolvimento.

Por tudo isso se faz necessário uma maior articulação entre estas experiências para nos fortalecer, precisamos de união e perseverança. A constituição de uma Rede de Fundos Rotativos Solidários organizada a nível estadual, territorial e local, com objetivo de promover o proces-





so de mobilização, visibilidade e comprometimento dos diversos agentes que atuam ou tem interesse na criação e fortalecimento das iniciativas de Fundos Rotativos Solidários e que contemplem toda diversidade e capilaridade.

Nesse sentido é necessário fortalecer a base dos territórios para atuar mais diretamente nas decisões por políticas públicas. É necessário, também, pensar e articular o conjunto de iniciativas de Finanças Solidárias.

Comprometemo-nos com uma maior articulação entre as expressões que estão no campo das finanças solidárias – Bancos comunitários, cooperativas de crédito e Fundos Rotativos Solidários, por entendermos que essas iniciativas se complementam na construção de estratégias e metodologias que buscam a efetivação do direito a serviços de finanças e crédito para os empreendimentos econômicos solidários, constituindo-se nas bases para a construção do Sistema Nacional de Finanças Solidárias.

Ressaltamos conquistas que já foram realizadas, como a aprovação da lei e a instalação do Conselho Estadual de Economia Solidária. Destacamos também a elaboração, em esforço conjunto entre Estado e sociedade civil do edital de apoio e fortalecimento aos fundos solidários com constituição do comitê gestor estadual. Entendemos que este é um caminho acertado e deverá ter continuidade. Entendemos que a gestão democrática, que assegure a participação da sociedade civil na elaboração, na execução e no controle da política deve ser um fundamento da política ou programa de apoio às finanças solidárias.

Desta forma, reivindicamos a construção de políticas/programas públicos de apoio aos Fundos Rotativos Solidários que:

- Fortaleçam o acúmulo das experiências e práticas de Fundos Rotativos Solidários existentes nas suas mais diferentes formas de manifestação;
- Promovam o protagonismo e o fortalecimento da cidadania dos sujeitos coletivos, grupos, comunidades, trabalhadores;
- Promovam processos de mobilização e organização comunitária;
- Garantam a transversalidade e intersectorialidade que permita a integração com as demais políticas e a articulação entre os três níveis de estado: federal, estadual e municipal;
- Incorpore a concepção de Desenvolvimento Sustentável e Solidário: econômico, social, cultural, ambiental e político,
- Disponibilize fontes de recursos diversificadas asseguradas em orçamento, fundos existentes não retornáveis.

Para tanto, se faz necessário a continuidade e ampliação do diálogo e a incidência junto ao Governo do Estado em especial com a SETRE/SESOL, a SEDES, a CAR e a SUAF. Entendemos também que deve ser ampliado e fortalecido o diálogo e a incidência junto a atores nacionais como o BNDES- Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, o BNB – Banco do Nordeste do Brasil e SENAES – Secretaria Nacional de Economia Solidária para ampliar e fortalecer as ações e programas de apoio as finanças solidárias em nosso Estado.

Reconhecemos como espaços estratégicos de articulação de força política, o Fórum Baiano de Economia Solidária que deve

ser ampliado e fortalecido e o Conselho Estadual de Economia Solidária que deve expressar na sua composição a força e a expressão dos diferentes agentes que promovem a Economia Solidária em nosso Estado, constituindo-se assim em privilegiado espaço de incidência política.

Que a nossa contribuição seja reconhecida pela afirmação de uma forma verdadeiramente

democrática de realizar as relações econômicas, políticas e sociais, pelo compromisso firme de promover a sustentabilidade e fortalecer a autonomia das comunidades, como um esforço pela justiça, pela paz e a alegre celebração da vida.

Cidade de Salvador, Estado da Bahia, 14 de Setembro de 2012.





FUNDOS SOLIDÁRIOS NA BAHIA

Uma história de parcerias

A prática dos Fundos Solidários tem uma longa história, iniciada nos anos 80 do século passado com os Projetos Alternativos Comunitários (PACs), ligados à Igreja Católica. A partir dos anos 90, esse tipo de iniciativa ganha força junto aos movimentos sociais e às diversas outras igrejas, como proposta concreta de atuação para a mudança das estruturas geradoras de empobrecimento.

Ao longo dessa trajetória de ação comunitária, percebe-se a rápida ampliação do número de entidades que começam a trabalhar com algum tipo de reserva financeira para pequenos projetos produtivos, em crescente adesão ao modelo de Fundo Rotativo Solidário (FRS). Durante a década de 90, essa prática recebe grande estímulo para fomentar projetos de geração de renda, em decorrência da mobilização nacional promovida pela Ação da Cidadania contra a Fome, a Miséria e pela Vida, liderada por Herbert José de Sousa (Betinho). Nesse período,

os recursos da sociedade civil para apoiar pequenos projetos comunitários aumentam significativamente.

A criação desse novo mecanismo de finanças solidárias espalha-se por todo o país, incrementando o surgimento de diversas redes de fomento às atividades produtivas realizadas por setores populares, socialmente mais vulneráveis. Outras formas de fundos solidários também surgem nesse contexto, tais como: as cooperativas de crédito, as entidades de crédito popular e solidário, os bancos comunitários e os clubes de trocas com moedas sociais.

Na Bahia, as entidades que, entre outras, mais se destacam nesse processo são: Movimento de Organização Comunitária (MOC), Conselho Gestor de Fundo Rotativo (COGEFUR), Pastoral da Criança/Vencer Juntos, Coordenadoria de Serviço Ecumênico (CESE), Serviço de Assessoria a Organizações Populares Rurais (SASOP) e Instituto Terra Viva.

Mapeamento - hora de avaliar resultados e impactos

Após décadas vivenciando as possibilidades dessa nova economia, surge a proposta de realização do Mapeamento dos Fundos Solidários do Nordeste para atender a necessidade de autoavaliação e de visibilidade dos resultados efetivos, gerados tanto na vida particular das famílias atendidas quanto na cultura de solidariedade de um modo mais amplo. Iniciado em março de 2011, o diagnóstico dessas experiências cumpre também o objetivo de estimular políticas públicas comprometidas com o desenvolvimento sustentável.

Nesta primeira fase do projeto, as entidades coordenadoras do Mapeamento na Bahia são: HEIFER Brasil; Cáritas Regional NE III; Terra Viva; Vencer Juntos; Cooperativa de Assistência a Agricultura Familiar Sustentável do Piemonte (COFASP); Arco Sertão; Movimento de Organização Comunitária (MOC);

Superintendência de Economia Solidária; Rede de Produtoras da Bahia; Associação de Desenvolvimento Sustentável e Solidário da Região Sisaleira (APAEB); Conselho Gestor do Fundo Rotativo (COGEFUR); Centro de Treinamento de Líderes; Diocese de Ruy Barbosa; Escola Família Agrícola do Sertão (EFA-SE - Monte Santo, Quixabeira e Cactus); Rede Pintadas; e Cooperativa Agropecuária Familiar de Canudos, Uauá e Curaçá (COPERCUC).

A primeira ação do Mapeamento é a de realizar uma pré-identificação das experiências para, em seguida, mobilizar seus representantes e ouvi-los, atualizando dados e informações. Participam das entrevistas os membros de Fundos Solidários, representantes de empreendimentos e líderes das comunidades beneficiadas com algum tipo de financiamento. A maioria das visitas é realizada por um agente estadual do Mapeamento, indicado pela coordenação.

Vale aqui ressaltar que, para além dos objetivos gerais, esse Mapeamento cria também possibilidades especiais de (re)encontros, trocas de saberes, reflexões sobre as práticas e aprendizados adquiridos, levando sempre em consideração os aspectos que dizem respeito ao vivenciado e ao que é reconhecido pelos entrevistados como resultado individual e coletivo.

Na Bahia, 50 experiências são identificadas como usuárias de Fundos Solidários, das quais 39 estão aqui sistematizadas. Essas experiências estão sediadas em 20 e atendem 77 municípios nos seguintes territórios: SISAL, Sertão do São Francisco, Portal do Sertão, Piemonte do Norte do Itapecuru, Piemonte do

Diamantina, Região Metropolitana de Salvador, Extremo Sul, Chapada, Baixo Sul e Bacia do Jacuípe. Algumas dessas experiências estão aqui relatadas em detalhes e revelam o quanto o projeto FSNE vem melhorando o diálogo entre as diversas realidades nesses territórios.

A expressiva presença de Fundos Solidários na área rural demonstra, ainda, a necessidade que as famílias agricultoras têm de viabilizar a produção para subsistência e a comercialização do excedente. Fatores esses que impactam em outras necessidades básicas, produzindo novas demandas sociais (saúde, educação, transporte).

A atuação de entidades de apoio e fomento, oferecendo diferentes modalidades de Fundos Solidários e ultrapassando fronteiras territoriais, é um aspecto realçado no Mapeamento do estado. O MOC, por exemplo, atua na região do SISAL e apoia desde casas de sementes e fundos comunitários até um grande fundo regional, o COGEFUR, administrado pelas cooperativas de crédito. A Cáritas, por sua vez, teve um fundo estadual próprio, mas hoje está voltada para o fortalecimento dos fundos territoriais e locais. Assim, o fato dessas experiências serem promovidas por entidades respeitadas e representativas faz com que o número de beneficiários (as) cresça em escala virtuosa, pois aproximadamente metade dos (as) participantes de Fundos Solidários no nordeste encontra-se na Bahia.

Tendo em vista a forte cultura de trabalho coletivo que tem favorecido o crescimento dos Fundos Solidários no sertão, pode-se pensar que, talvez, esse diferencial encontre suas raízes na História, no exemplo de resistência dos 24 mil sertanejos de

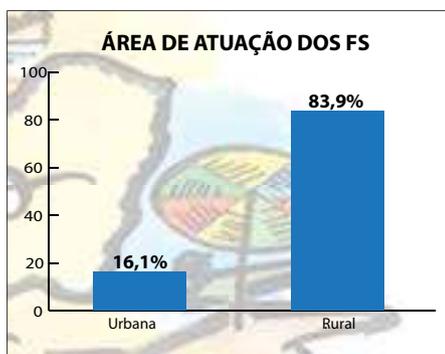
Canudos (século XIX) – exemplo esse que se mantém vivo ainda hoje nas lutas por justiça e cidadania. Nessa região, os fundos de pasto e financeiros, as experiências de trabalho coletivo nos assentamentos e comunidades, as organizações em cooperativas e associações têm sua expressão mais forte.

Merece ainda destaque o papel desempenhado pelas Escolas Família Agrícola (EFAs), responsáveis pela educação de jovens comprometidos com os valores da agroecologia, da produção coletiva, da preservação cultural e do desenvolvimento local. Esses jovens aprendem a prática do Fundo Rotativo na escola e repassam para suas comunidades. A presença e contribuição das EFAs é um fenômeno marcante na Bahia e no Maranhão, por formarem excelentes técnicos e agentes que acompanham os Fundos Solidários

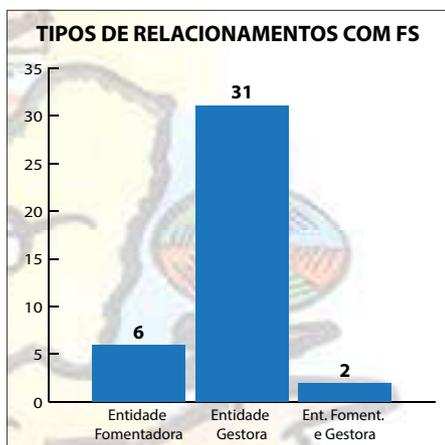
A contínua e consistente contribuição desse conjunto de iniciativas não governamentais, com resultados positivos para expressivos segmentos da população, leva o governo do estado a apoiar algumas experiências da economia solidária a partir do ano 2009. Organizações da sociedade civil começam a participar da elaboração de políticas públicas para o setor. No final do mesmo ano, é criado o Comitê Gestor dos Fundos Solidários da Bahia, com participação da Cáritas Brasileira, do MOC, do Fórum Baiano de Economia Solidária e do Comitê Nacional dos FS. Surge assim o primeiro edital voltado para os Fundos Solidários da Bahia, lançado em 2011, apoiando 20 experiências produtivas.

Cabe ainda registrar que, concomitante a realização das atividades fins, proporcionadas pelos recursos advindos desses

FS, ocorre a inserção de várias experiências em outros tipos de políticas públicas, notadamente, o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). Do mesmo modo, as lutas por Reforma Agrária também se vêm fortalecidas em consequência da maior participação de acampados/assentados em eventos de formação e organização da economia solidária.



Tipologia dos Fundos Solidários



O Mapeamento dos Fundos Solidários adotou as seguintes tipologias: Entidade Gestoras de Fundos Solidários - são aquelas que realizam diretamente a gestão dos recursos, dos produtos, dos animais e/ou dos serviços; Entidades Fomentadoras - são aquelas que fomentam a ação dos Fundos Solidários por meio das opções de formação, acom-

panhamento e disponibilização dos recursos necessários; Entidades Fomentadoras/Gestoras - realizam os dois papéis de forma concomitante, tanto gestam Fundos Solidários como estimulam a criação de novos.

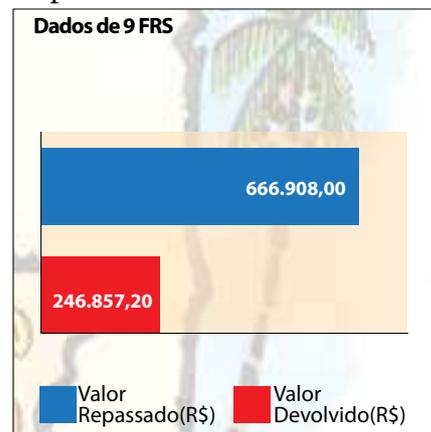
Na Bahia a tipologia de Entidades Gestoras de Fundos Solidários segue o padrão preponderante dos demais estados, tendo em sua composição 31 experiências.



Tipos de entidades que participam de Fundos Solidários na Bahia

Observa-se no Mapeamento um grande número de Associações (25) que possuem Fundos Solidários. As cooperativas de crédito (03) também participam das Finanças Solidárias, estabelecendo assim uma relação de fortalecimento mútuo. Nos relatos, esses dados são frequentemente atribuídos ao fato de os Fundos cumprirem o papel de fortalecer mecanismos autogestionários e ampliar a participação de seus sócios no conjunto das atividades. Em decorrência dessa participação ativa, na hora que alguém precisa acessar algum recurso, monetário ou não, pode fazê-lo sem burocracia, com base

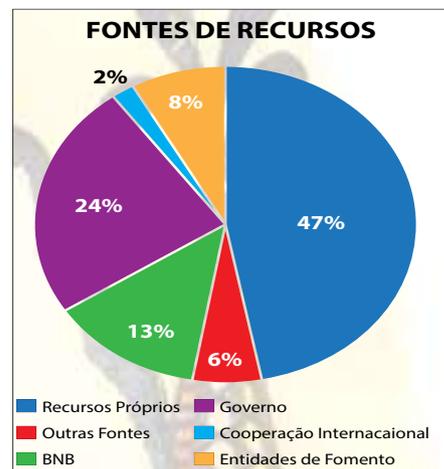
nas relações de confiança e de partilha construídas ao longo do processo.



Há referências também à qualidade dos serviços prestados, uma vez que os recursos podem ser empregados na qualificação técnica, assegurando a melhoria no atendimento às demandas de seus participantes.

Existe uma diversidade de modelos de devoluções dos recursos recebidos que cada FS adota, conforme as condições de cada experiência. Essas devoluções variam em: integrais; parciais; devoluções acrescidas de algum tipo de rendimento e com prazos de carência diferenciados. Essas possibilidades garantem um grau satisfatório de devoluções, assegurando sua viabilidade econômica e social.

Principais fontes de recursos dos Fundos Solidários



Os recursos para constituição dos FS possuem fontes variadas.

A maioria capta recursos dos próprios participantes (financeiros e não financeiros). Muitos recebem doações de organizações não governamentais locais que, por sua vez, captam recursos da cooperação internacional- fonte que vem diminuindo sua participação nos últimos anos. Já a celebração de convênios com entidades governamentais vem aumentando a partir de 2003. Outras fontes advêm de doações de igrejas, de empresas e o do Banco do Nordeste, por meio do Programa de Apoio a Projetos Produtivos Solidários (PAPPS).

Total Geral das Fontes em 2010: R\$ 1.344.410,33.

Os desafios da gestão

Não existe um modelo único de gestão dos FS. Cada experiência define seus próprios critérios e formas de funcionamento, adaptando-se à realidade em que estão inseridos. No entanto, alguns elementos são comuns:

1) a composição de uma comissão gestora, composta em média por três pessoas, sendo um(a) secretário(a), um(a) tesoureiro(a) e um(a) coordenador/articulador(a);

2) o trabalho de gestão é voluntário;

3) a presença de instrumentos de controle financeiro das movimentações (livro ata, registro das entradas e saídas das contribuições dos participantes, regimento interno);

4) os prazos de carência, quando existentes, são definidos coletivamente, utilizando como critérios os tipos de atividades a serem financiadas.

Busca-se assim garantir que a gestão seja a mais participativa, democrática e transparente

possível. A relação de confiança entre os participantes está ancorada não só nos laços afetivos, mas também no acesso às informações da movimentação do Fundo e no compartilhamento dos resultados positivos e negativos alcançados por cada membro, criando um sentido de corresponsabilidade com o bem que é de todos(as).

Na Bahia, os relatos atestam que as fragilidades na gestão dos Fundos ocorrem principalmente nos registros financeiros, pois são realizados ainda de forma pouco organizada. Os arquivos também são precários, ocorrendo extravio de documentos, principalmente, quando há mudanças na comissão gestora. Outro dado que merece atenção é a dificuldade de alternância de lideranças para ajudar na gestão dos Fundos. Geralmente, são as mesmas pessoas que exercem essa função por tempo indeterminado, pela indisponibilidade dos demais membros para assumirem essa tarefa.

A despeito de todas as dificuldades, são as práticas efetivas de autogestão que fortalecem os grupos e sustentam as atividades inovadoras, a exemplo do que ocorre na agricultura familiar agroecológica, experiência na qual as relações de convivência respeitosa entre as pessoas e o meio ambiente vão construindo modelos de desenvolvimento sustentável. Essas experiências autogestionárias constituem-se assim em autênticos espaços de valorização da associação entre o saber popular e o saber científico para a produção contínua do conhecimento.

Necessidade Anual de Recursos

As entidades de apoio entrevistadas estimam em R\$

6.900.000,00 a necessidade anual de recursos para dar continuidade ao trabalho com os FS na Bahia.

O perfil dos participantes dos Fundos Solidários no estado da Bahia segue em consonância com os demais estados da região nordeste. A maioria absoluta é composta por agricultores que possuem renda de até um salário mínimo, têm idade entre 19 a 59 anos e o ensino fundamental concluído.

O Mapeamento evidencia, assim, que os Fundos Solidários atendem às populações mais excluídas e, portanto, aos segmentos mais vulneráveis presentes nas comunidades de acampados, catadores, indígenas, ribeirinhos e remanescentes de quilombos. Uma presença que vai muito além do repasse de recursos, pois fortalece a participação e a autonomia de mulheres e jovens e estimula a consciência organizativa dos grupos, avançando a capacidade dessas comunidades de reivindicar e propor políticas públicas pertinentes.

Empreendimentos apoiados pelos FS

Empreendimentos apoiados/pessoas vinculadas desde o início dos FS



Principais atividades desenvolvidas pelos Fundos Solidários na Bahia:

- **Infraestrutura:** construção de cisternas, cercas, casas de mel e farinha; reforma e/ou ampliação de moradias (teto, calçadas, banheiro); construção de templo religioso; construção/melhoramento de aprisco para os animais, de aviários e de pocilgas; galpões para máquinas agrícolas; melhoria nos quintais/estruturação (tela); recuperação das estradas de acesso às comunidades; construção de tanques de pedra, escavação de poços, reservatórios para água de irrigação e piscicultura.;
- **Agricultura Familiar:** criação de animais (caprinocultura, ovinocultura, bovinocultura, apicultura, criação de peixe); fruticultura, produção de hortaliças, legumes, plantio de palma forrageira, mandioca, produção de grãos (feijão, milho); produção de silagem.;
- **Beneficiamento:** produção de polpas, licores, compotas, cajuína, farinha de mandioca, doces de frutas variados, mel de abelha, mel de caju.;
- **Artesanato:** produção de peças em couro, barro, palha e madeira; produção de rendas, bordados e pinturas; confecção de bonecas e roupas; produção de fitoterápicos, sabão e sabonetes.;
- **Outras Atividades:** empréstimos diretos às famílias para as necessidades urgentes; apoio

na área de saúde, transporte/deslocamento para atividades fora da comunidade; alimentação nas reuniões das comunidades.

O Mapeamento aponta elementos para a elaboração de políticas públicas

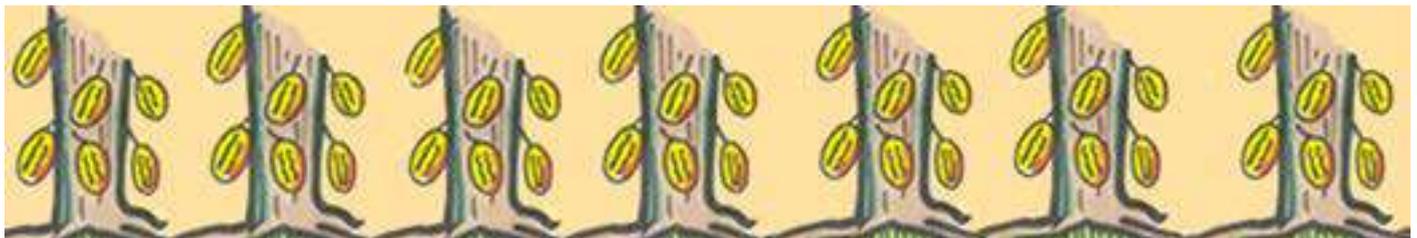
Os Fundos Solidários têm se revelado como autênticos espaços de geração de saberes e riquezas. Por isso são reconhecidos por seus integrantes como patrimônio das comunidades, com legitimidade para difundir os resultados dessas experiências, ampliar as discussões sobre o tema e propor atuações institucionais.

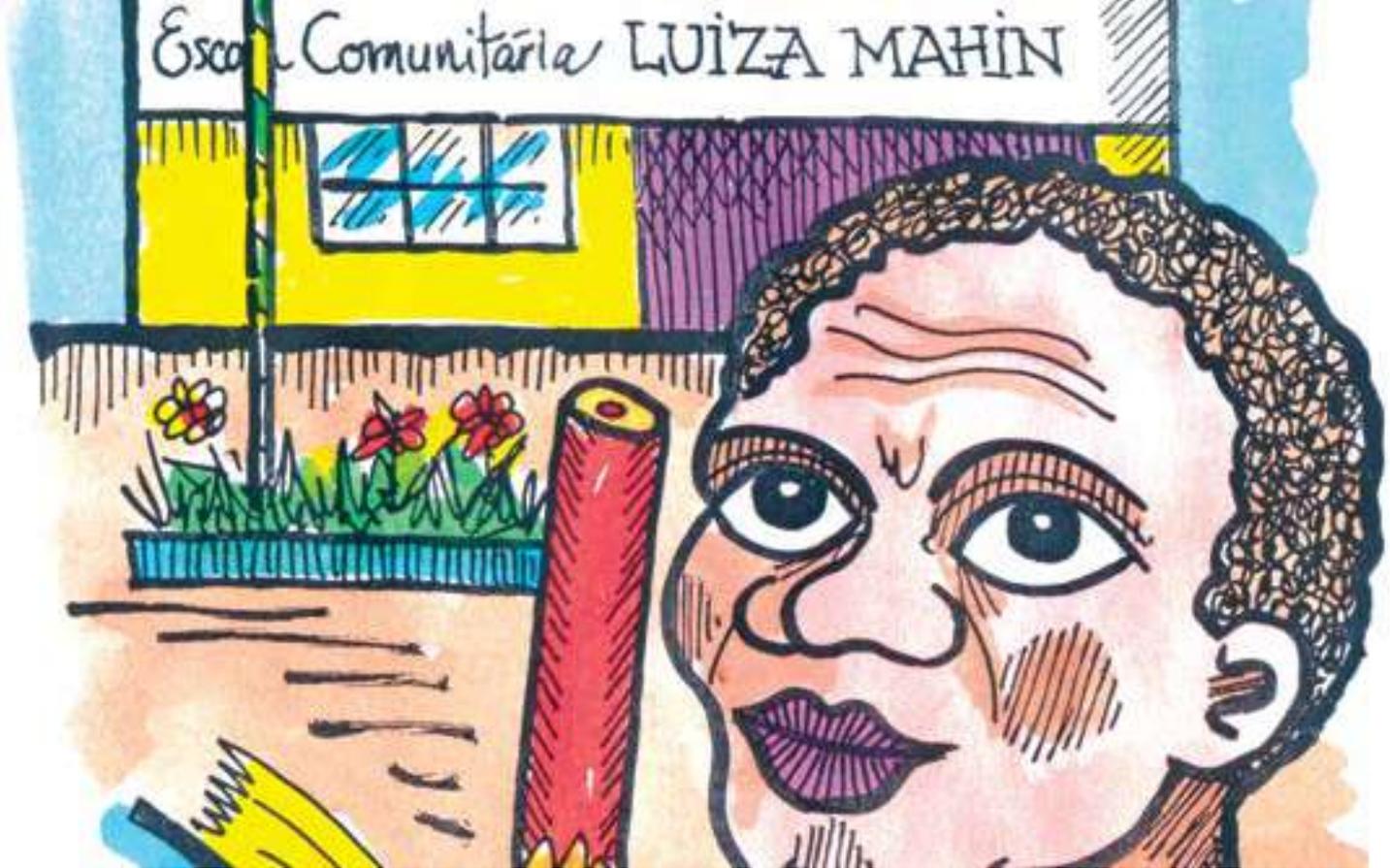
Há uma compreensão compartilhada entre seus integrantes de que as ações de governo, voltadas para o financiamento da economia popular e solidária, baseadas exclusivamente na expansão do atual sistema financeiro, são insuficientes para promover a cidadania para aqueles que se situam fora da dinâmica convencional de mercado. A legislação que rege a transferência e o repasse de recursos orçamentários para Fundos Solidários têm limitações e entraves que precisam ser revistos. Construir, democraticamente, um marco legal/regulatório que atenda aos objetivos dessa economia solidária é necessário e possível.

Essa rica trajetória dos Fundos

Solidários, com experiências espalhadas por todo o Nordeste brasileiro, do semiárido ao litoral, gestando novas maneiras de enfrentar as desigualdades econômicas e as injustiças sociais, permite apontar aqui algumas sugestões, para o avanço de Políticas Públicas que:

- sejam construídas a partir do acúmulo das experiências e práticas de Fundos Solidários já existentes, em suas mais diferentes formas de manifestação;
- promovam o protagonismo e o fortalecimento da cidadania de sujeitos coletivos, garantindo a participação nos espaços de decisão e controle social;
- possibilitem a integração com as demais políticas e a articulação entre os três níveis de Estado (federal, estadual e municipal);
- incorporem a concepção de Desenvolvimento Sustentável e Solidário - econômico, social, cultural, ambiental e político;
- disponibilizem fontes de recursos diversificados, assegurados em orçamento e fundos não retornáveis ao financiador;
- reconheçam os Fundos Rotativos como experiências de solidariedade que dinamizam a economia, com resultados efetivos na qualidade de vida de seus participantes e da sociedade como um todo.





UMA COMUNIDADE POR CIMA DO MAR

Os moradores do bairro Uruguai, situado ao norte de Salvador, relatam que o surgimento das primeiras comunidades de Alagados, em meados da década de 1970, é fruto da migração de origens diversas da capital baiana. Até então, a área é considerada imprópria para construção de residências, devido ao avanço das águas do mar nessa área de manguezal, na Baía de Todos os Santos. Para os mais pobres, esse lugar apresenta-se como um dos poucos territórios urbanos disponíveis para ocupação, razão pela qual acabam construindo ali suas casas em palafitas. E não há maré que derrube a união dessa comunidade.

No final do século XX, com o aterro sistemático de Alagados, oficialmente conhecido por Península de Itapagipe, novos espaços para habitação vão

surgindo. As moradias sustentadas pelos tocos de madeira dão lugar às inúmeras casinhas (de tijolo e concreto, duplex ou triplex) que hoje formam labirintos e ruelas pelos mais de 20 milhões de metros quadrados que abrigam, além de Uruguai, mais 13 bairros, entre eles: Jardim Cruzeiro, Vila Rui Barbosa, Massaranduba, Baixa do Petróleo, Bairro Machado.

Segundo dados da Associação de Moradores do Conjunto Santa Luzia, entidade situada nesse emaranhado de casas da Península itapagipana, são mais de 190 mil pessoas, a grande maioria composta por negros, que vivem com renda média entre um e dois salários mínimos. Violência, dependência química, carência de saneamento básico e transporte público, precariedade no sistema de saú-

de pública são alguns dos principais problemas enfrentados pelo povo dessa região.

Essas adversidades, no entanto, fazem com que a população se una cada vez mais para lutar por políticas públicas de enfrentamento às mazelas sociais. Com o decorrer do tempo, as ações pautadas na Economia Solidária fortificam-se e são hoje referência para a melhoria da condição de vida da população: “Nós queríamos independência, trabalhar coletivamente. Não estávamos nem estamos contra o Estado. Queríamos e queremos que ele nos escute, mas também agimos sozinhos. Essa ‘coisa’ solidária sempre foi um princípio”, destaca Leninha Nascimento, 57 anos, uma das fundadoras da Associação.

Muita coisa já mudou, mas ainda é preciso mais.





O protagonismo de mulheres negras

A comunidade de Santa Luzia, no bairro Uruguai, carrega consigo um longo histórico ligado aos movimentos sociais populares. Em especial, é possível destacar o movimento negro e o movimento de mulheres, que exercem até hoje forte influência sobre a vida dos moradores, haja vista que são muitas as mulheres negras liderando ações diversas no espaço comunitário.

Cada vez mais organizadas e cansadas de ver suas demandas não atendidas pelo governo estadual e municipal, as líderes e suas famílias partem para a ação, buscando independência e liberdade para transformar a realidade. Para isso, moradores

e moradoras se organizam e fundam, em 1986, a Associação de Moradores do Conjunto Santa Luzia: “Chegou um momento que estava tudo tão difícil que ou íamos embora ou nos organizávamos”, relata Leninha Nascimento.

Carlos Eduardo, 50 anos, coordenador do setor de desenvolvimento econômico da Associação, relembra os primeiros passos: “Nós tínhamos um galpão subutilizado na comunidade, então, resolvemos transformá-lo na sede da Associação”. O espaço é mantido com muita dificuldade, de maneira colaborativa, e somente em 1991, pela primeira vez, a comunidade consegue verba pública para dar

continuidade às ações de intervenção no bairro.

Uma das principais demandas reivindicadas é a ausência de uma escola na comunidade. As crianças e os jovens precisavam se deslocar para regiões distantes, a fim de terem o simples direito de estudar. A insatisfação com a carência de instituições de ensino faz com que, após quatro anos de Associação, seja criada a Escola Comunitária Luiza Mahin, gerida até hoje de maneira independente e abraçada com carinho pela comunidade. Educação é o eixo formativo da Associação que também prioriza ações ligadas à Saúde, aos Direitos Humanos e à Moradia.





Uma Escola Solidária

Anastácia, Dandara, Aquatune, Zeferino, Zumbi, Milton Santos. O que esses nomes têm em comum? São apenas alguns dos vários nomes de heroínas negras e heróis negros que se constituem como referência para a comunidade da Escola Luiza Mahin, criada em 1991, pela Associação de Moradores Santa Luzia. O espaço pedagógico comunitário é um dos primeiros objetivos almejados, dada a importância atribuída aos métodos e conteúdos de aprendizagem. O lugar é apertado, mas a convivência pautada na afetividade torna-o aconchegante e bem maior que seu espaço físico. Um simples e charmoso prédio de três pisos, construído pela própria comunidade, carrega consigo a missão de abrigar mais de 300 crianças, que estudam com base em um conceito pedagógico independente, criado a partir das demandas sociais da comunidade do bairro Uruguai, onde a escola está situada.

Tudo é cuidadosamente pensado. Da decoração, feita com fuxicos e bonecas pretas de

pano, à maneira como as crianças são dispostas em sala de aula. O círculo substitui as rígidas e hierárquicas cadeiras enfileiradas das escolas tradicionais. O silêncio que cala e a obediência cega são substituídos pela potencialização da criatividade e do discurso próprio das crianças.

Do maternal ao segundo ano do Ensino Fundamental II, os 14 professores da escola dão aulas para os pequenos cidadãos. Ali, as crianças não estão sendo condicionadas em uma educação artificializada. Ao contrário, estão aprendendo pelo exercício do diálogo com seus colegas de comunidade - os educadores. Além dos professores da formação regular, há mais gente ensinando essa juventude: "Aqui até a cozinheira é educadora. Ela também está para ensinar e aprender", explica Leninha Nascimento, que comemora orgulhosamente o legado que está ajudando a solidificar: "Nós somos o nosso padrão. Aqui temos liberdade de pensamento. Essa escola tem a maior importância nas nossas vidas".

Os alunos possuem um bom rendimento escolar. Apesar disso, segundo Luciene Trindade, coordenadora pedagógica da Escola e facilitadora financeira da Associação, há grandes dificuldades quando os educandos saem desse espaço para concluírem as outras séries do Fundamental II em escolas tradicionais: "É sempre uma dó, porque as mães querem muito que seus filhos continuem aqui, querem muito que abram novas séries, mas não temos condições financeiras. Então, eles acabam indo pra rede pública ou particular", lamenta.

A própria coordenadora começou a frequentar o espaço aos 13 anos. Hoje, graduada em pedagogia e com duas pós-graduações, não abdica daquilo que tanto ama: "O mercado acaba impondo que as professoras saiam, porque não podemos pagar um salário melhor para elas. É sempre uma dificuldade. Na minha família também há uma cobrança para que eu consiga outras coisas, mas tenho muito prazer em trabalhar aqui", relata.

Quem foi Luiza Mahin?

Luíza Mahin é uma das diversas referências que o movimento negro carrega consigo. Alguns autores afirmam que ela foi trazida da África para ser escravizada no Brasil. Outros afirmam que ela já nasceu livre, em Salvador. Sabe-se que de sua união com um fidalgo português nasceu o escritor abolicionista Luís Gama. Há registros do próprio artista, relatando que a mãe afirmara ter sido princesa na África. O pai de Luís Gama era Português e, para saldar dívidas, vendeu o próprio filho como escravo, quando o mesmo tinha apenas 10 anos.

Luíza ficou conhecida por sua inteligência e rebeldia. Sua casa

serviu para as reuniões de diversos abolicionistas. Ela esteve envolvida na articulação de revoltas e levantes de escravos, que sacudiram a Província da Bahia nas primeiras décadas do século XIX, em especial, a Grande Insurreição e a Revolta dos Malês (1835). Após a derrota dos revoltosos, ela conseguiu fugir da violenta repressão e foi morar no Rio de Janeiro. Na capital carioca, participou de outras manifestações e revoltas negras até ter sido, provavelmente, capturada e deportada para a África. Não se sabe até hoje com precisão qual foi o verdadeiro fim da heroína Luiza Mahin.



Umoja: A cultura de estar junto

No idioma Suaíli, falado em países africanos, como o Quênia, Tanzânia e Uganda, o termo “umoja” significa “estar junto”. Em 2011, o Governo do Estado da Bahia lançou um edital voltado para Fundos Rotativos Solidários (FRS), via a Secretaria do Trabalho, Emprego, Renda e Esporte (Setre). A Associação de Moradores do Conjunto Santa Luzia, em parceria com a Casa de Taipa (Coletivo para Promoção de Prática



Solidária), é uma das entidades contempladas. Juntas, essas duas organizações passam a ser uma das experiências nordestinas mais ricas em projetos ligados à economia solidária.

O nome do projeto, adotando o termo africano, combina perfeitamente com a principal característica da comunidade: união. E as mulheres, mais uma vez, também estão presentes nesse processo: “Economia não é coisa só de homem. As mulheres têm uma relação com dinheiro que é diferente. Houve uma demanda das próprias mulheres da comunidade, queríamos promover a liberdade de pensar”, ressalta a fundadora da Associação, Leninha. O objetivo principal do Fundo Rotativo Solidário Umoja é fortalecer os empreendimentos econômicos solidários e empreendedores da economia dos setores populares.

De acordo com o coordenador Carlos Eduardo, 50, as primeiras experiências de bancos comu-

nitários são implantadas na comunidade no ano 2000. Contudo, após oito anos atuando com esse tipo de finanças solidárias, os líderes comunitários começam a perceber que alguns princípios entram em confronto com a filosofia solidária: “Aos poucos, a ANDE (Agência Nacional de Desenvolvimento Empresarial) foi se tornando mais uma empresa pautada no lucro, com juros altos. O dinheiro não ficava na comunidade”, critica.

João Paulo Diogo, 27, coordenador técnico do FRS, reconhece a importância da ANDE pelo fato de terem fomentado uma cultura de poupança coletiva, mas, segundo ele, “as pessoas nunca conseguiam autonomia para se autofinanciar”. Além disso, “o banco comunitário exigia muito recurso e só fomentava o empréstimo. Tínhamos atração por isso, mas no nosso contexto não era fácil”, completa. É nesse momento que a aplicação do FRS se encai-

xa perfeitamente nas especificidades da comunidade.

A metodologia atual do FRS Umoja adequa-se ao modelo de banco comunitário praticado no Grupo de Oportunidade e Desenvolvimento Local - organização simplificada, na qual não é necessário ser empreendedor para participar. A mistura de conceitos é o que torna singular essa experiência de FRS, diante de tantas outras no Brasil: “Temos um fundo matriz que atualmente possui seis mil reais. Mas a gente também apoia pequenos fundos coletivos. Amparamos tecnicamente os empreendedores e garantimos que os núcleos tenham gestão do Fundo”, explica João Paulo. O objetivo final do Umoja, segundo ele, é poder unir todos os núcleos em um fundo único, que promova a independência da Associação em relação ao Estado e à iniciativa privada, de modo a garantir a realização de seus projetos.





Clubes de Troca

O Fundo Rotativo Solidário Umoja também é pensado como um projeto pedagógico. Regularmente, o Fundo vem realizando clubes de troca. Funciona assim: “se eu sou encanador e Dona Maria é cozinheira, nós podemos trocar nossos serviços”, exemplifica João Paulo. Há também clube de trocas culturais, nos quais os grupos artísticos da comunidade intercambiam suas apresentações.

Há clubes de troca mais subjetivos, pautados nas trocas de experiências de vida entre mulheres. Outro exemplo interessante é o dos clubes de troca de livros e brinquedos entre crianças. Nesse caso, “os pais não podem entrar. As crianças trocam seus pertences de maneira independente. Elas são os próximos sujeitos da economia”, frisa Carlos Eduardo.

Desafios

Mesmo diante dos muitos avanços e conquistas obtidos pela organização da comunidade e do Fundo Rotativo Solidário Umoja, é preciso estar ciente das dificuldades. Reconhecê-las, é parte do processo de aprendizagem para a melhoria das ações. João Paulo destaca que muitas casas na comunidade ainda estão em situação bastante precária e que a ideia é que o Fundo possa financiar futuras reformas: “Ainda não temos condição de dar conta

do problema habitacional”, lamenta o jovem. Outra dificuldade diz respeito à necessidade de sensibilizar mais pessoas da comunidade sobre o conceito e a importância do FRS. O valor máximo para empréstimo é dois mil reais, mas atualmente já existem na comunidade empreendimentos populares que necessitam de valores maiores e o FRS não é capaz de atendê-los. Dessa forma, muitos acabam recorrendo aos bancos privados.

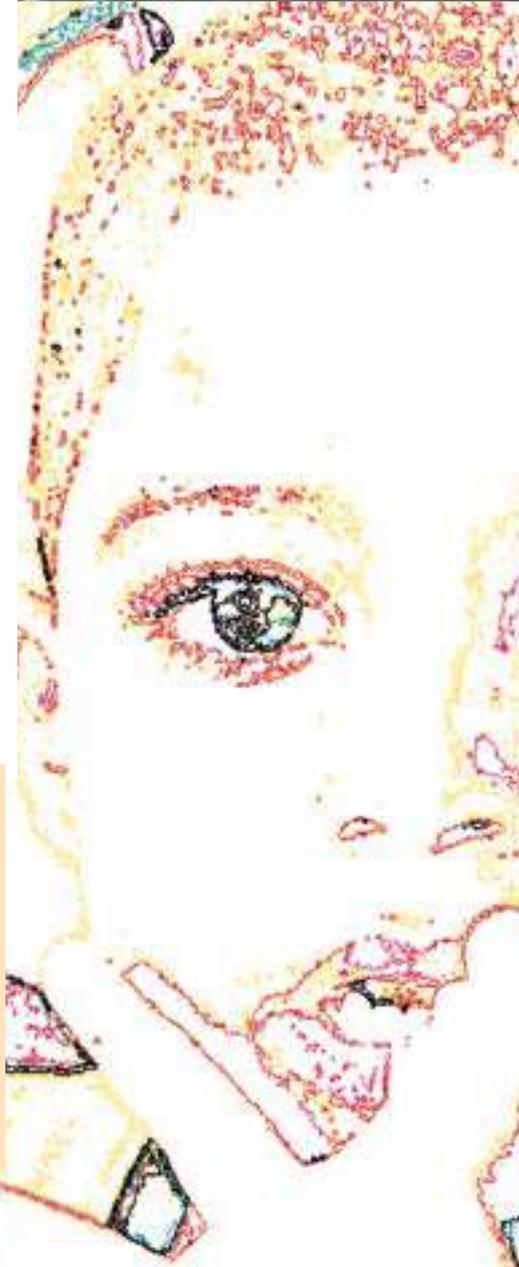
Dados Gerais do FRS Umoja (agosto de 2013)

- 290 Empreendedores Familiares e/ou Individuais;
- 20 Empreendimentos Populares Solidários;
- 12 núcleos de Poupança Coletiva com média de 12 mil reais em cada um;

Fundo Matriz com seis mil reais.

Linhas de Fomento

- Empreendedores – empréstimos até 500 reais;
- Empreendimentos – empréstimos até dois mil reais.



OPINIÃO: Cidadania além da renda

Simaia Barreto, membro da entidade de Cáritas, administradora responsável por acompanhar as experiências de Fundos Rotativos Solidários da Bahia

“O FRS Umoja é uma experiência singular pela própria história do território. Eles tiveram uma metodologia anterior com bancos comunitários. A partir de uma reflexão, eles geraram uma crítica em cima do sistema de bancos comunitários e propuseram os Fundos Rotativos. Com o edital de Fundos Rotativos Solidários do governo baiano, eles recriaram a metodologia de fundos a partir da experiência deles. Acom-

panho outros projetos que são completamente distintos. A base comunitária aqui (Conjunto Habitacional Santa Luzia) é muito forte, consolidada. Um FRS só se dá pelo coletivo, pela gestão compartilhada, com todos tendo entendimento sobre o que o FRS é, pra que serve, por que participar dele. Aqui há um Fundo maior, de todos, e Fundos menores, de cada grupo. Eles mudaram a lógica. Hoje acredito que uma comunidade organizada, sabendo como se gerir, é dona de si. Aí, estamos falando de cidadania, além da renda”.



Turismo que se faz junto

É possível destacar núcleos das mais diversas áreas dentre os grupos que compõem o Fundo Rotativo Solidário Umoja. Há grupos de idosos que se unem para comprar remédios, outros para comprar material para reforma de suas casas ou estabelecimentos, há núcleos de empreendedores etc.

Uma experiência que vem dando certo, desde 2012, é a do grupo Turismo de Base Comunitária de Itapagipe (TBCI). Composto por seis mulheres interessadas em dar visibilidade aos aspectos positivos e socioculturais da Península itapagipana, o grupo TBCI recebe hóspedes de diversas regiões brasileiras e está de portas abertas para receber pes-

soas de outros países também. A ideia é abrigar turistas por temporadas, guiando suas visitas aos principais pontos e personalidades da comunidade.

Nada é pautado no lucro. Os hóspedes se instalam na casa dos moradores e, em troca, repassam uma determinada quantia em dinheiro para custear as despesas com café da manhã: “O turismo comunitário quer resgatar a vida da comunidade, nosso passado e cultura. Nós levamos os hóspedes para tomar o geladinho de Dona Madá ou comer o Peixe Frito de Seu Zezinho”, explica Elza Cândida, 62 anos, membro do grupo, sobre a importância de incentivar os empreendedores locais.

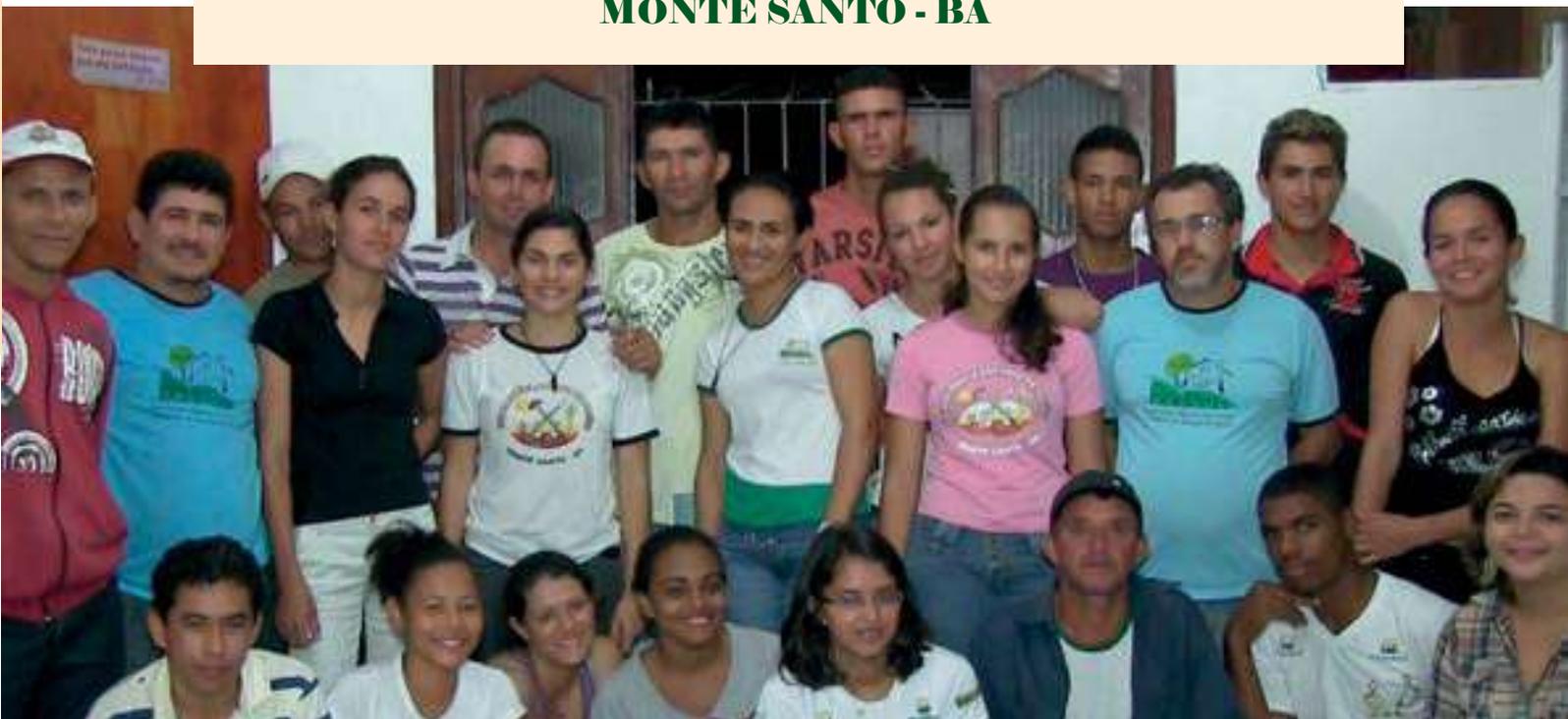
Uma parte do apurado é guardada em um fundo coletivo e com a outra parte são financiadas as despesas. Em 2012, o núcleo TBTI recebe um grupo da Universidade Federal de Alagoas (UFA): “Eram alunos do curso de Turismo, eles ficaram encantados com as histórias de vida da comunidade. Nós fizemos visitas com eles à população e explicamos a história de cada área de Itapagipe”, reforça Bernadete Reis, 49 anos, também membro do grupo. Para se instalar numa hospedagem solidária, basta entrar em contato com a Associação de Moradores do Conjunto Santa Luzia e pedir para falar com as responsáveis pelo TBTI.

Serviço

Associação de Moradores do Conjunto Santa Luzia
Rua Q 05, N° 18, Conj. Santa Luzia, Uruguai, Salvador / Bahia
E-mail: pdasantaluzia@gmail.com
Facebook: www.facebook.com/lutarpopolitcaspublicasdequalidade
(71) 3314-2148

ASSOCIAÇÃO REGIONAL DOS GRUPOS SOLIDÁRIOS DE GERAÇÃO DE RENDA (ARESOL)

MONTE SANTO - BA



ARESOL: uma rede de grupos solidários

O município de Monte Santo, situado a 373 km de Salvador, na região centro-este da Bahia, recebe esse nome devido ao capuchino Frei Apolônio de Toddi. O religioso, ao apreciar a serra, em 1775, teria ficado impressionado com a paisagem que lhe pareceu a mesma do cenário bíblico referente ao calvário de Cristo em Jerusalém.

Além dessa aura divina que a geografia confere ao lugar, o município entrou para a história do Brasil por ter sido o quartel-

-general do exército durante a Guerra de Canudos, em 1897. A presença da Igreja Católica, com suas capelas e a conhecida Via Sacra que percorre do pé ao cume da serra, demonstra também o quanto a religiosidade é uma forte marca da cidade. Monte Santo é também local de intensa mobilização popular para o enfrentamento das adversidades econômicas e sociais.

Em 2003, a Pastoral da Criança realiza na região o Projeto Vencer Juntos, que organiza as fa-

mílias em atividades produtivas e incentiva a prática do Fundo Rotativo Solidário. O objetivo é atender às famílias carentes do sertão baiano para que elas possam melhorar suas condições de vida com projetos de geração de renda. Quatro anos depois, os primeiros 48 grupos produtivos, oriundos de diversas comunidades em municípios vizinhos, criam a Associação Regional dos Grupos Solidários de Geração de Renda - ARESOL.

Fazem parte dessa entidade, os



grupos de pequenos agricultores que desenvolvem produções autossustentáveis de convivência pacífica com o semiárido, comprometidos com a responsabilidade socioambiental. Funciona assim: o grupo, que esteja interessado em se associar, pode fazer um empréstimo para investimento em um trabalho solidário que gere rentabilidade. Após obter retorno, o grupo devolve a verba ao fundo rotativo da ARESOL, sem juros.

Para pertencer à Associação, é necessário que os grupos conheçam e aceitem trabalhar sob os

princípios da economia popular solidária. Para isso, a ARESOL investe na formação política, social e humana dos seus associados. Hoje, a Associação está presente em 14 municípios da macrorregião de Senhor do Bonfim, compreendendo os territórios do Sisal, Norte do Itapicuru e Norte do Jacuípe. Somam mais de 60 grupos associados que atendem cerca de 700 famílias.

Charles da Costa, 30 anos, membro da entidade por intermédio da coordenação do Entrepósito (organização que gerencia grupos de beneficiamento de

frutas), destaca o despertar da comunidade para a geração de ganhos reais, a partir das riquezas naturais do lugar: “O FRS foi um dos melhores projetos da ARESOL. Essa ideia solidária dá transparência ao agricultor, valoriza a população. Assim, a riqueza circula. Hoje nós aproveitamos as frutas nativas, umbu e maracujá do mato, que antes eram riquezas desperdiçadas. Hoje geramos empregos através deles e produzimos sem agrotóxico”, defende.

Um Comércio Solidário

Jorge Gonçalves Reis, 47 anos, fiel cliente do Monte Sabores, um dos empreendimentos fomentados pelos FRS da ARESOL, afirma: “Minha mãe só gosta de ovo caipira. Como eu sei que aqui eles vendem, então, costumo comprar.” Aberto em 2010, esse comércio é fruto da união entre diversos produtores rurais que decidem recorrer ao Fundo Rotativo Solidário, solicitando o valor de 6.500 reais para comprar os equipamentos: freezers, balcão, balança e prateleiras.

Não estão à venda somente os ovos caipiras que tanto atraem Jorge Gonçalves e sua mãe, há também diversos tipos de licores, mel, verduras, legumes, frutas, sementes, farinha, geleias, entre outros alimentos. Tudo é produzido com o maior

cuidado, de maneira artesanal e longe de produtos com agrotóxicos. As unidades de beneficiamento de frutas que fazem parte desse grupo no entorno do município são: Lagoa do Saco, Lagoa Redonda, Riacho da Onça e Tapera.

O jovem José Renato dos Santos, 22 anos, trabalha todos os dias no comércio. Ele é o vendedor responsável também por cuidar da produção: “Parte do que arrecadamos (15%) é volta pra própria loja, com intuito de custear as despesas básicas, e o valor restante é dos grupos empreendedores que deixam seus produtos aqui”, explica. A lojinha chega a apurar uma média de três mil reais por mês. José Renato faz questão de vender, junto aos produtos, o

Tarefas da ARESOL

- 1. Mobilização:** realização de seminários e formação de lideranças para criação de novos grupos comunitários;
- 2. Fomento:** implantação do projeto comunitário com liberação do FRS;
- 3. Acompanhamento:** visitas sistemáticas e apoio organizativo até que o grupo ganhe autonomia e devolva a verba ao FRS.

conceito político de sustentabilidade socioambiental presente na pequena lojinha.

Outras opções para a comercialização e melhoria da renda são os programas de segurança alimentar: o Programa de Aqui-

sição de Alimentos (PAA), promovido pela Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB), e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). Ambos compram alimentos dos produtores associados à ARE-SOL com intuito de potencializar a produção da comunidade: “Com esses programas governamentais, a gente fica com mais segurança pra pagar o aluguel da loja e o meu salário. Além disso, as escolas e as famílias carentes têm acesso aos nossos produtos. É também uma divulgação”, ressalta Renato.

Segundo ainda José Renato, o Monte Sabores tem a difícil tarefa de competir com mercadinhos maiores da região, mas supera essa barreira, apostando no grande diferencial de ter produtos comunitários com valor justo e com qualidade que preza pela saúde dos consumidores. E mais, os valores apurados com esse trabalho são divididos entre os diversos membros, assim, a riqueza circula e fortifica

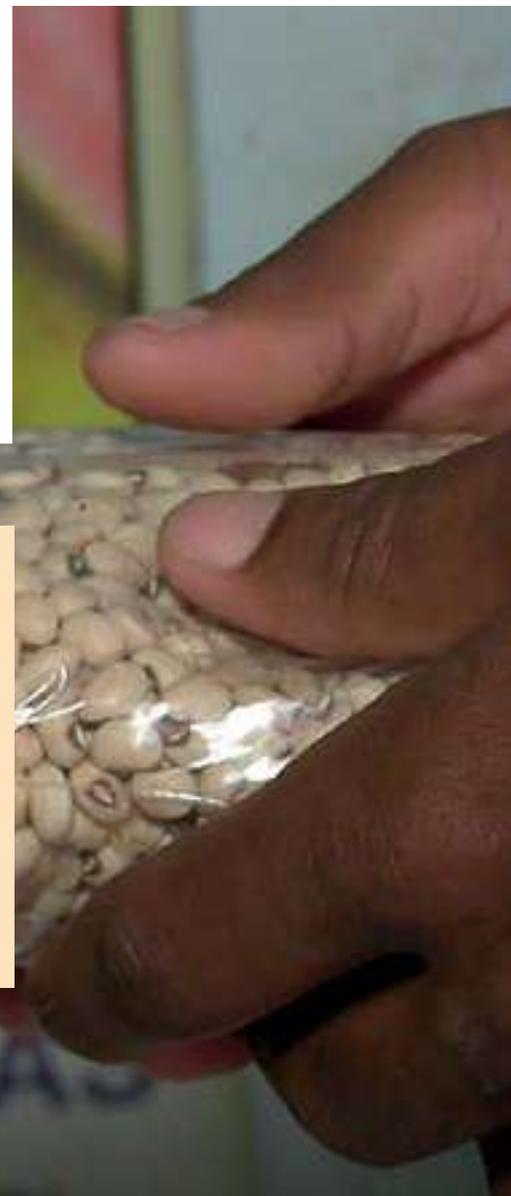


a própria comunidade: “Hoje muitos consumidores compram aqui porque sabem que aqui é limpo, é natural. Nossos ovos não são de granjas, nossas polpas são livres de conservantes. Tem gente que deixa de comprar alface noutros cantos porque sabe a valorização do nosso produto”, orgulha-se.

O que é PAA?

O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), ação da Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB), do Governo Federal, compra os produtos dos agricultores e distribui para creches, famílias de baixa renda e hospitais. Os recursos ficam na comunidade. Entretanto, o PAA nem sempre paga o valor devi-

do aos produtos, comprando-os por valores abaixo do esperado. A justificativa está no fato de os preços de mercado serem mais baratos, pois a produção em larga escala, realizada por grandes empresas, gera menos custos. Todavia, os produtos em grande tiragem não têm a mesma boa qualidade dos produtos naturais produzidos pelos pequenos empreendedores.



Um Trabalho em Rede

Desde o início de 2013, a sede do Entrepósito está pronta, onde funciona um galpão de beneficiamento de frutas. O terreno e as instalações foram adquiridos com a arrecadação e a mão de obra da própria comunidade, além dos recursos acessados no Fundo Rotativo Solidário, por meio da ARESOL. O local possui primeiro e segundo piso. Na parte superior, há um amplo salão para eventos, dormitórios e banheiros. Na parte inferior, estão os materiais e as máquinas da produção.

O Entrepósito é responsável pela finalização e acabamento dos produtos que são vendidos no comércio Monte Sabores. As embalagens e rótulos padronizados são aplicados no local. Ao todo, 14 grupos dos municípios de Cansanção e Monte Santo se dividem nas tarefas. Para zelar pela democracia na



gestão do espaço, o Entrepósito possui um Conselho Gestor composto por duas pessoas de cada comunidade.

O Grupo de Beneficiamento de Frutas da Comunidade da Tapera surge em 2007, após acessar recurso do FRS. Segundo Cleonice dos Santos, 24 anos, o incentivo aparece em boa hora: “Antes produzíamos, mas muita coisa nossa era desperdiçada. Com o recurso compramos freezer, despulpadeira e embalagens”, relata. Ela tam-

O que é PNAE?

O Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) foi criado por lei federal, em 2009, para obrigar as escolas municipais e estaduais a destinarem, no mínimo, 30% dos recursos repassados pelo Fundo Nacional da Alimentação Escolar (FNDE) para a merenda escolar oriunda de agricultura familiar. Isso tem incentivado os pequenos agropecuaristas em todo o Brasil a produzirem alimentos livres de agrotóxicos, fortalecendo os compromissos com a responsabilidade socioambiental.

bém afirma que antes a média de produção mensal era de 500 kg de polpa de frutas. Atualmente, o grupo produz cerca de 2,5 mil kg no mesmo período.

Caju, acerola, goiaba, manga, maracujá do mato e umbu são apenas algumas das frutas que se transformam em polpas ensacadas - e sem conservantes - prontas para consumo. Diversos agricultores são beneficiados. Alguns são membros do próprio grupo, outros não. Para incentivar a venda ao grupo de beneficiamento, os agricultores cadastrados recebem um valor maior pelas frutas: “O objetivo não é só beneficiar 10 pessoas do grupo e sim uma comunidade inteira”, complementa Giselle Costa, 22 anos, membro do grupo da Tapera.



Um dos desafios dos membros do Entreposto é fazer com que a Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB) reconheça e valorize os produtos do campo, produzidos por pequenos agricultores e empreendedores: “Eles querem comprar pelo mesmo preço de uma empresa que produz em larga escala. Isso é inviável”, argumenta Isanilton Araújo, 34 anos, técnico de geração de renda do Projeto Vencer Juntos.

O coordenador geral da ARE-SOL, José Elias Andrade de Brito, 49 anos, reflete sobre a necessidade de articulação comunitária frente ao poder público, citando o exemplo do Entreposto: “Se conseguimos as leis que temos hoje não é porque o governo foi bonzinho e sim porque pressionamos. Se não estivéssemos em grupos organizados, as leis (PNAE e PAA) não seriam cumpridas”, destaca.

Aos poucos, os grupos e as famílias que se organizaram para transformar suas realidades, vão demonstrando que o sertão vai bem além dos estereótipos. É preciso então trabalhar para descobrir quais são as alternativas de enfrentamento às secas e às adversidades: “O semiárido é produtivo. Aquilo que a mídia passa, mostrando solo rachado e pobreza não nos representa. Não é só isso. O Nordeste também gera renda, dá pra viver com dignidade”, ressalta Isanilton.



Juventude no Entrepasto

Diversos jovens lideram e trabalham no Entrepasto. Lays Andrade de Brito, do Grupo de Beneficiamento de Frutas da Comunidade Tapera, tem apenas 18 anos e está vivendo sua primeira experiência no mercado de trabalho. Para Lays o ganho não é apenas com o aprendizado prático, mas também com as contínuas capacitações que recebe durante eventos sobre Fundos Rotativos Solidários (FRS), nos quais há o compartilhamento de experiências e saberes: “Nunca tinha trabalhado. Antes minha mãe tinha medo, porque a gente também faz muita viagem para congressos e seminários”, lembra.

Joel Izaías de Andrade Neto, 21 anos, membro do Grupo Recanto das Polpas e oriundo da Comunidade Lagoa do Saco, via-se sem perspectiva de trabalho após o fim do ensino médio. O irmão mais velho já havia ido morar em São Paulo, na expectativa de conseguir dinheiro e melhores condições de vida: “Aqui (no Entrepasto) comecei a trabalhar, participar de intercâmbios. Agora não pretendo mais ir pra São Paulo. O dinheiro que eu ganho ainda não dá pra realizar todos os meus sonhos, mas consigo dar uma força pra minha família”, conclui.



Educação e Solidariedade que brotam da terra

No terreno de 18 hectares, situado a 22 km da sede do município de Monte Santo, um grupo de 20 monitores cuida de 350 estudantes da Escola Família Agrícola do Sertão (EFASE). Uma espécie de “fazenda educativa e solidária”, onde os educandos têm formação no ensino fundamental e médio, conjuntamente ao nível técnico. Fundada em 1998 pela própria comunidade, a proposta da escola é manter uma educação contextualizada, com disciplinas voltadas para a

agricultura familiar.

“Aluno” é um termo abolido na EFASE, pois etimologicamente significa “sem luz”, como explica Jaqueline Andrade, 17 anos, educanda prestes a concluir sua formação: “Na nossa idade existe muito êxodo de jovens à procura de emprego e oportunidades, mas na EFASE o educando tenta fazer com que as famílias vivam da melhor maneira. Temos uma reflexão sobre a nossa comunidade, aprimoramos a agricultura, a pecuária.





Isso nos mantém aqui”, defende a jovem.

O ingresso na Escola ocorre por meio de uma carta de recomendação emitida pela associação comunitária, a qual se responsabiliza pelo acompanhamento do estudante quando o mesmo estiver em casa. Depois há um período de adaptação e o próprio estudante escolhe se deseja continuar na escola. O regime de estudos é puxado. As atividades acontecem na escola durante os três turnos, em 15 dias consecutivos. Os educandos dormem no próprio ambiente de ensino e cuidam dos animais, da horta, da alimentação, da limpeza, da lavagem de suas roupas e uma série de outras atividades em sistema rotativo.

Nos outros 15 dias, o estudante volta à sua comunidade e aplica na prática o conheci-

mento aprendido na escola. Essa metodologia é conhecida como “Pedagogia da Alternância”: “Temos o direito de viver livres, somos filhos de agricultores e não queremos sofrer com exclusão social. Queremos dar continuidade aos trabalhos das nossas famílias”, afirma Nicolau Pereira, 19 anos, educando da EFASE.

O público da Escola inicialmente era composto por 90% de garotos. Os pais das meninas não queriam deixá-las morando em um lugar com muitos rapazes. Hoje, é praticamente equilibrada a quantidade de educandos e educandas na escola: “Muitos ainda querem criar suas filhas para se casar e serem donas de casa”, lamenta a jovem Camila de Moraes, 20 anos, ex-educanda da escola, uma das que está à procura de sua independência.





Fundo Rotativo Solidário na Escola

Onde entra o Fundo Rotativo Solidário nesse belo exemplo de educação popular, exercido pela Escola Família Agrícola do Sertão (EFASE)? Quando o estudante chega ao ensino médio, participa do Projeto Profissional Jovem (PPJ). No primeiro ano, os educandos elaboram um projeto agropecuário para aplicar na sua comunidade. No segundo ano, cada educando recebe o valor de até 1.500 reais para desenvolver seu projeto. Do terceiro ao quarto ano, o estudante se organiza para pagar o Fundo com a renda obtida no projeto desenvolvido na comunidade.

Além do PPJ, cada educando deve também escrever um Trabalho de Conclusão Científica (TCC) e fazer um estágio supervisionado na área. Os diplomas do ensino médio e técnico só são entregues ao final de todo esse processo. De acordo com Herlan Barros, 24, ex-educando da escola e atual monitor: “os pais dos alunos definem qual a metodologia e as regras da escola, visitando a escola regularmente em reuniões de avaliação”, explica. “Os monitores

também vão até as comunidades. O conhecimento é homogêneo”, acrescenta Camila de Moraes, 20, também ex-educanda da escola e atual monitora do lugar.

Um dos desafios relatados por Camila diz respeito ao processo de sensibilização dos antigos agricultores e pecuaristas às novas técnicas voltadas para a área: “Muitas vezes eles não acreditam em nós. É um diálogo. Temos o nível técnico, mas temos que saber falar com quem não sabe ler, nem escrever. Até porque eles também têm muito conhecimento pra passar pra gente”, reforça.

A garota sonhadora, hoje formada como técnica agropecuária, quer também graduar-se em Direito, sempre com intenção de contribuir com seu espaço amado, sua origem: “Quero minha independência financeira, mas eu não fui criada para servir o mercado capitalista. Para trabalhar, procuro projetos que dêem visibilidade à minha comunidade. Minhas inquietações sobre o futuro nunca acabam”, confessa.





Serviço

**Associação dos Grupos Regionais
de Geração de Renda (ARESOL)**

Rua José Lourenço, 33, Senhor do
Bonfim, Telefone 74 3541 4783. are-
sol99@bol.com.br

Escola Família Agrícola do Sertão
(EFASE) - End: Fazenda Lagoa do
Pimentel, Monte Santo, Bahia. CEP:
48800-000

Facebook: www.facebook.com/efase Montesanto - (75) 98538372

POLÍTICA PÚBLICA SOLIDÁRIA: UMA CONSTRUÇÃO COLETIVA

Superintendência de Economia Solidária - Salvador - Ba

Diversas experiências de Fundos Rotativos Solidários (FRS) estão aqui relatadas. Agora o foco é o avanço que o estado da Bahia vem registrando em relação à crescente demanda por esse tipo de financiamento. As comunidades, Brasil afora, que se utilizam das dinâmicas solidárias como mote de resistência às adversidades, precisam, o tempo todo, lutar por autonomia ao mesmo tempo em que reivindicam políticas públicas para a área. Atualmente, a economia solidária, que tanto preza pelo compartilhamento de saberes, ganha espaço para além das comunidades, adentrando inclusive na burocrática máquina governamental.

Certamente, os FRS não surgiram por ação dos governos, mas, a partir da pressão popular, abrindo um forte canal de diálogo entre sociedade civil organizada e poder público. Disso, originou-se na Bahia um edital em nível governamental para o apoio e o fomento aos FRS. Essa experiência, inspirada no PAPP (Programa de Apoio a Projetos Produtivos), inaugurou a participação direta do Estado no formato de Fundos Solidários. Apesar de ainda haver um caminho árduo pela frente, após o seu lançamento, tem havido um impacto positivo, renden-



do bons frutos às comunidades baianas. Isso demonstra que os governos podem ser um espaço no qual o povo está presente, pressionando propositivamente para fruição de suas demandas sociais.

Essa experiência tem início em 2006, quando a Superintendência de Economia Solidária (SESOL), vinculada à Secretaria do Trabalho da Bahia, é criada no governo baiano. Começam a surtir efeito os anos de trabalho dos movimentos sociais com intuito de sedimentar o novo conceito, até então, desconhecido para boa parte da burocracia governamental. Aos poucos, as questões ligadas às finanças solidárias ganham espaço na gestão do estado, até que chega o momento em que não

há mais como conter a demanda do povo que já estava articulado, organizado politicamente, disposto a fazer acontecer.

Em 2009, no município de Ponto Novo, o II Seminário dos Fundos Solidários do Sertão Baiano conta com a participação de agricultores familiares, artesãos, jovens, assentados, acampados e representantes de entidades e movimentos sociais, além de servidores do governo: “De lá saímos com um Conselho Gestor, formado por quatro membros da sociedade civil e quatro membros do poder público”, informa Lara Matos, coordenadora do Programa Vida Melhor da Secretaria do Trabalho da Bahia. Daí nasce um elo, que se constitui no Comitê Gestor Estadual do Fundo Rotativo

Solidário. A organização vem se solidificando cada vez mais, a partir da “radicalidade democrática”, como Lara mesma define, a qual o povo colabora diretamente na gestão do governo.

A carta coletiva desse Seminário mostra-se bastante lúcida e madura quanto à necessidade de estabelecer parcerias com as esferas governamentais:

“Entendemos também que o diálogo e a interferência junto ao poder público, nos estados e municípios da região, são fundamentais para a perspectiva da construção, ampliação e fortalecimento das ações e programas de apoio a finanças solidárias em nossa região.”, reforça a representante do governo.

A partir desse evento, os caminhos se abrem: “Foi então que o Governo do Estado da Bahia lançou um edital, em 2010, de dois milhões de reais, para financiar propostas de FRS. Após o lançamento, devido às demandas, aumentamos mais 1,5 milhão reais e ficamos com um total de 3,5 milhões reais para apoiar os Fundos Solidários”, destaca a coordenadora Lara, realçando a atuação do povo frente ao poder estatal.

É preciso frisar que as comunidades em questão não surgiram a partir do edital. Os FRS são experiências mais antigas, com relatos iniciais datados do começo da década de 1980. Tais formas de organização se potencializam hoje pela demanda existente na capital baiana e em diversos outros municípios.

De acordo com José Carlos Moraes, assessor de FS fomenta-

dos pela Cáritas Brasileira NE III e membro do comitê gestor de FS organizados pela sociedade civil, “qualquer iniciativa de edital de FRS no Brasil precisa beber na fonte baiana. Nosso edital é avançado e foi construído coletivamente”. Ao todo, esse edital selecionou 20 experiências, de uma adesão composta por 65 projetos interessados.

Aos projetos contemplados, há também a garantia de um acompanhamento sistemático dos Fundos, realizado pela Cáritas. Essa iniciativa foi uma injeção de recursos, que rendeu bons resultados ao solo baiano, mas ainda não é o suficiente. José Carlos também afirma que, em 2013, a demanda de financiamento de projetos comunitários nessa área vem crescendo e chega a 15 milhões de reais. O Governo do Estado da Bahia, no entanto, prospecta apenas oito milhões.

Lara Matos ressalta que o trabalho de sensibilização da burocracia estatal é árduo, mas tem valido à pena: “O Estado nunca havia ouvido falar no assunto, mas, a partir disso, muita gente por aqui percebeu que é possível fazer diferente. Hoje pensamos no reino das possibilidades e temos um grande ganho na relação mútua e de confiança entre as comunidades e a superintendência”. Ela ainda esclarece que o maior objetivo dos investimentos em políticas públicas para os FRS é fazer com que os empreendimentos e empreendedores atinjam a sustentabilidade, desvencilhando-se das dependências financeiras que o capitalismo impõe.



Com a palavra, o superintendente

Milton Barbosa, superintendente de economia solidária

“O Fundo Rotativo Solidário já existia há muito tempo. Foi desenvolvido pelo povo. Se hoje temos investimentos na área é porque houve uma mudança política. Não havia um encantamento sobre esse tema. Ainda hoje, o país faz muito esforço para apoiar grandes empreendimentos, grandes negócios. Quando o governo baiano descobre o FRS, ele tem uma grande lição. A seca

que vivemos em 2013, a maior dos últimos 50 anos, revelou o quanto estamos atrasados. Temos capacidade para desenvolver diversas ações no semiárido e precisamos agir. O FRS pode contribuir com projetos alternativos. A função da superintendência ainda é pequena, queremos criar um diálogo mais intenso, queremos acontecer mais vezes; dar assistência técnica, oferecer crédito, logística, tecnologia.”

E o que mais vem por aí?

É necessário lutar para dar continuidade a todo esse trabalho que vem dando certo. Depois dos editais de 2010, voltados especificamente para Fundos Rotativos Solidários (FRS), o Governo do Estado da Bahia tem trabalhado com uma nova proposta de edital, que assegure a participação da sociedade civil organizada, a partir do Grupo de Finanças Solidárias, por meio do Conselho Estadual de Economia Solidária.

Nessa proposta, ainda sem previsão de lançamento, a estimativa é que sejam contemplados outros tipos de experiências de finanças solidárias, além do FRS. A ideia é que haja maior afirmação das experiências

como um importante instrumento para o desenvolvimento territorial sustentável. O próximo valor a ser investido na comunidade, à priori, será de seis a oito milhões de reais, segundo o próprio superintendente: “Há uma proposta de 15 milhões, mas não é viável. Acho que precisamos consolidar experiências e não necessariamente disseminar novos projetos de financiamento”, opina Milton Barbosa, divergindo da opinião dos membros da sociedade civil organizada.

De acordo com o assessor José Carlos, a ideia é que Bancos

Comunitários, Cooperativas e outros tipos de organizações possam, num futuro próximo, criar um Sistema de Finanças Solidárias: “O maior desafio será constituir os entrelaços dessas relações”, ressalta. Lara estima que, nesse novo edital, possam ser dinamizados os investimentos da seguinte maneira: 100 mil reais para projetos de empreendimentos populares; 200 mil reais para entidades; 500 mil reais para redes de empreendimentos populares e 500 mil para redes de entidades.



Governo: um campo de batalhas

Lara Matos, coordenadora do Programa

Vida Melhor da Secretaria do Trabalho da Bahia

“O Brasil precisa compreender a existência do sujeito do empreendimento da Economia Solidária, precisa abrir os olhos pra essa realidade. O Governo é uma arena de batalhas e precisamos ter um corpo técnico sensível aos meandros do Estado, que são complexos. Todos os soldados (o povo) precisam saber quais são os instrumentos de sua luta, precisam conhecer as leis para poder sugerir, contribuir. Infelizmente ainda há guetos entre as secretarias e falta visibilidade das nossas questões frente às outras demandas sociais. Se nossa metodologia, de Comitê Gestor dividido entre sociedade e Estado, se espalhasse noutras secretarias, acredito que renderia bons frutos.”



A Superintendência de Economia Solidária (SESOL)

Coordenação de Fomento (COFES) – articular parcerias para apoiar a melhoria de canais de comercialização, o assessoramento técnico e gerencial de empreendimentos solidários, dentre outras atividades. Contato: (71) 3115-9918;

Coordenação de Formação e Divulgação (COFD) – desenvolvimento e a divulgação de pesquisas, informações e do tema de Economia Solidária em geral, troca de saberes e

formação interdisciplinar, criação e difusão de tecnologias apropriadas, etc. Contato: (71) 3115-9945;

Coordenação de Microfinanças (COMFIS) – viabilizar o acesso de linhas de crédito e financiamento apropriados, estimular o cooperativismo de crédito, os bancos comunitários, dentre outras.

Contato: (71) 3115-3282.

Serviço

Secretaria do Trabalho, Emprego, Renda e Esporte.

Av. Luís Viana Filho, nº200, CAB, Salvador, Bahia;

CEP: 41745-003

Site: <http://www.portaldotrabalho.ba.gov.br/institucional/economia-solidaria>.



